

O MODERNO **JÁ** PASSADO | O PASSADO **NO** MODERNO
reciclagem , requalificação , rearquitectura

anais do 7º seminário do_co_mo_mo_brasil

porto alegre, 22 a 24 de outubro de 2007

**ECOS DE BRASÍLIA: LOTEAMEANTO “PRAIA DO FORTE”
FLORIANÓPOLIS / ILHA DE SANTA CATARINA / BRASIL**

Arquiteto Luiz Eduardo Teixeira
Arquiteto e urbanista (UFRGS 1978)
Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano (GEO – UFSC 2002)
Doutorando em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo (SAP – USP São Carlos)
Professor Adjunto de Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFSC)
Associado DoCoMoMo / Brasil

Arquiteta MsC. Betina Adams
Arquiteta e urbanista (USU/RJ 1977)
Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano (GEO – UFSC 2001)
Técnica do IPUF/PMF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / Prefeitura Municipal
Conselheira do ICOMOS/BR - International Council on Monuments and Sites ICOMOS/Brasil
Associada DoCoMoMo / Brasil

Endereço
Luiz Eduardo Fontoura Teixeira
Caixa Postal 5071
Trindade
88040-970 Florianópolis/SC

Fones: Betina Adams: 55 (48) 32320006
Fax: 55 (48) 32125700 (a/c Betina Adams)

teixeira@arq.ufsc.br
badams@terra.com.br

ECOS DE BRASÍLIA: LOTEAMENTO “PRAIA DO FORTE” FLORIANÓPOLIS / ILHA DE SANTA CATARINA / BRASIL

RESUMO

Brasília desponta num cenário de intensa urbanização na América Latina, em que o crescimento populacional impelia à organização do espaço voltada ao atendimento da função habitacional. As teorias urbanísticas modernas recomendavam a cidade funcional do CIAM¹, tipificada e seccionada. Cidade mítica no imaginário moderno, a intensa divulgação da Nova Capital do Brasil, na década de 1950, levou a uma popularização icônica de seu espaço urbano e sua arquitetura. A força da imagem modernizante de Brasília chega também a Florianópolis. Na década de 1950, a pacata cidade detinha como principal atividade ser a sede administrativa do Estado de Santa Catarina. O porto, apesar de ainda presente na morfologia urbana, estava sendo desativado e o processo de balnearização era incipiente. O interior da Ilha de Santa Catarina, ocupado por pequenas povoações do século XVIII, mantinha uma economia de subsistência e o mar servia à função de extração de alimento diário. Só aos poucos a população local iniciou a prática de frequentar as praias de Florianópolis. A dificuldade de acesso ao interior da Ilha se manteve até a década de 1970 quando, com a construção da rodovia SC 401, ocorreu uma transformação radical neste processo de apreensão do espaço, tanto que em 1985 foi promulgada a primeira legislação de uso e ocupação do solo dos balneários, que até então se mantinha como rural. Neste contexto, surge a grandiosa iniciativa de implantar uma Cidade Balneária, no norte da Ilha, em um espaço inteiramente desocupado e rural. Como consultor, Oscar Niemeyer vem a Florianópolis, em 1958, convidado por Aderbal Ramos da Silva, empreendedor e ex-governador do Estado. O projeto, de iniciativa da Imobiliária Jurerê, era denominado “Loteamento Praia do Forte” e previa além das residências de veraneio, um hotel internacional, um clube e um restaurante. Vários jornais divulgaram de forma entusiástica o lançamento, ressaltando a audácia do empreendimento e a participação de Niemeyer, muito prestigiado na época. Hoje, 50 anos depois, o empreendimento mantém atualidade. Implantado de forma linear, está estruturado em retícula xadrez e os lotes se conectam a “alamedas” exclusivas de pedestres. A sua qualidade é reconhecida por moradores locais, que em ofício recentemente encaminhado ao Município, solicitaram que o loteamento seja *“preservado em sua originalidade com suas alamedas”*, junto com o LIC – Lagoa late Clube, justificando que ambos empreendimentos tem em Niemeyer seu mentor e afirmam que as iniciativas *“se tornarão Patrimônios Históricos de nossa Cidade”*.

ABSTRACT

Echoes from Brasília: urbanization and land-subdivision “Praia do Forte” – Florianópolis/ Island of Santa Catarina /Brazil.

Brasilia emerges in an intense urbanization scenery in Latin America, where the population growth required a space organization in behalf of the dwelling role. The modern urbanization theories recommended the functional city, typified and parted. The intense spread of the news about the new capital city of Brazil, a mythical city in the modern imaginary, brought about a popularization of its urban space and architecture. The power of the modernistic image of Brasilia also reaches Florianópolis. In the fifties, it was a peaceful city and its main activity was to be the administrative center of Santa Catarina State. The port, in spite of being still present in the urban morphology, was being deactivated and the process of creating beach resorts was incipient. The inland of Santa Catarina Island, occupied by small 18th century villages, had a subsistence economy and the ocean was the source of the daily nourishment. Little by little, the inhabitants started the habit of going to the beaches. The inland access was difficult until the seventies, when the construction of the SC-401 state highway caused a radical transformation in the process of land use of the inland, that till this time was considered a rural area. The urban legislation of this area occurred only in 1985. In this context, a huge enterprise arose to establish a beach resort, in the northern part of the island, in an unoccupied and rural area. Oscar Niemeyer came to Florianópolis in 1958, as an advisor, invited by Aderbal Ramos da Silva, entrepreneur and former state governor. The project, an initiative of Jurerê Real Estate Firm, was called “Praia do Forte” Land-subdivision. It foresaw besides the summer vacation houses, an international hotel, a club and a restaurant. Several newspapers spread the enterprise enthusiastically, emphasizing its audacity and Niemeyers participation, who had enormous prestige at the time. Nowadays, fifty years later, the enterprise is still up to date. Designed in a linear way, it has a chess-board structure, and the lots connect themselves to exclusive pedestrian boulevards. Its quality is recognized by local residents, who in an official letter recently sent to the county, requested that the land-division has to be “preserved in its originality with its boulevards, together with LIC – Lagoa Yacht Club. They justify that both enterprises have Niemeyer as mentor and declare that “they will become historical heritage of our city”.

PALAVRAS-CHAVE / KEY-WORDS

Urbanismo / modernismo / Oscar Niemeyer - Urbanism / modernism / Oscar Niemeyer

¹ Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

ECOS DE BRASÍLIA: LOTEAMENTO “PRAIA DO FORTE” FLORIANÓPOLIS / ILHA DE SANTA CATARINA / BRASIL

Na América Latina, o acelerado processo de urbanização precedeu à industrialização e representou um desafio às possibilidades do planejamento urbano. As teorias urbanísticas recomendavam a cidade funcional do CIAM, tipificada e seccionada. O crescimento populacional impelia a organização do espaço voltada ao atendimento da função habitacional. A cidade tradicional já se transformara em poli-nucleada, com bairros que ainda permitiam a identificação e vivência do morador com sua vizinhança. A pressão da realidade resultou em espaços que, em sua grande maioria, eram organizados por especuladores imobiliários.

Leme identifica duas linhas de urbanismo no Brasil. Uma gerada a partir da disseminação dos planos de melhoramentos urbanos, onde a estética é uma forte referência, e outra, que se origina nos Congressos do CIAM, principalmente a partir da difusão dos princípios da Carta de Atenas no pós-guerra. Assim, *“no Brasil a construção de Brasília será a ressonância principal deste movimento”* (LEME, 1999, p.22). A Nova Capital vai ser objeto de várias camadas narrativas na historiografia do urbanismo, estando indissociavelmente ligada à modernidade.

Muitos conceitos são trabalhados nesse viés corbusiano: a partir das idéias iniciais do Plano Voisin (1922), se materializará em Brasília a liberação do solo para atividades coletivas (onde o pilotis é a solução sgnica e estrutural, para elevar as edificações), a concepção das superquadras, onde a convivência e o estímulo aos pedestres, seriam o mote, e outras soluções.

A intensa divulgação de Brasília na década de 1950 levou a uma popularização icônica de seu espaço urbano e sua arquitetura. O Plano Piloto é quase uma logomarca de si mesmo. Isso é apontado por Gorelik, quanto à importância *“das cidades que se tornaram discursos de si mesmas”*. O autor cita Paris e Nova Iorque, afirmando que *“Brasília teve o notável mérito de produzir ‘ab initio’ um efeito análogo, conseguindo substituir a densidade cultural das camadas históricas de discursos com a radicalidade instantaneísta do voluntarismo projetual tornado forma”* (GORELIK, 2005, p.155).

Se pensarmos na propagação popular em todo o país, da forma das colunas do Palácio da Alvorada, por exemplo, podemos entender como a força da imagem modernizante de Brasília, agora como espaço de convivência urbana diferenciada, vai chegar a todo o Brasil e, no caso em estudo, a Florianópolis.

FLORIANÓPOLIS, BALNEARIZAÇÃO DA ILHA DE SANTA CATARINA E INSTALAÇÃO DO LOTEAMENTO PRAIA DO FORTE

O contexto histórico de Florianópolis, localizada na Ilha de Santa Catarina, está relacionado à defesa e apoio à navegação do território meridional brasileiro, então colônia portuguesa nas Américas. No século XVIII, foram implantadas diversas fortificações e veio um contingente populacional das Ilhas dos Açores para promover a ocupação da área. Até o século XX, Florianópolis manteve sua função portuária junto com a atividade de sede administrativa da então Capitania e posterior Estado de Santa Catarina. Significativas mudanças ocorreram com a construção da Ponte Hercílio Luz, em 1926, que conecta a Ilha ao continente fronteiriço. O acesso à cidade deixa de ser exclusivamente marítimo. O porto é desativado em 1962. Além do seu declínio econômico, o fechamento é justificado pela necessidade de construção de uma nova ponte e conseqüente aterro na orla fronteira à cidade. Este fato está relacionado com a integração de Florianópolis no circuito rodoviário nacional, através da construção da BR-101, que conecta o litoral brasileiro na década 1970. A partir de então, Florianópolis apresenta as condições necessárias para o desenvolvimento turístico que hoje é um dos sustentáculos econômicos do Município.

A ocupação urbana do município se mantinha concentrada na península onde se localiza, desde o século XVII, o núcleo fundacional da antiga Nossa Senhora do Desterro e sua sede municipal. O restante do território apresentava características rurais, tendo como suporte pequenos núcleos urbanos existentes desde a imigração açoriana do século XVIII. Até meados do século XX, o crescimento urbano se manteve restrito nesta área peninsular, denominada de Área Central. Mesmo o primeiro Plano Diretor, aprovado em 1955, não previu avanços da ocupação urbana para além da Área Central, limitada geograficamente pelas baías e pelo Morro da Cruz. Na década de 1950, o processo de balnearização era incipiente. Contribuía para esta situação, a dificuldade de acesso devido às péssimas condições dos caminhos centenários, o que resultou que, até a década de 1960, grande parte dos moradores de Florianópolis conhecessem muito pouco do potencial natural da Ilha de Santa Catarina².

A idéia de balneabilidade se estabelece no fim do século XIX, na Europa, onde os banhos passaram a ser vistos como terapêuticos. Em Florianópolis, o hábito de freqüentar a praia inicia-se na primeira década do século XX, pois até então o mar e sua orla eram considerados lugares de depósito dos resíduos urbanos. Na Desterro colonial (e depois imperial), *“praia não era lugar de passeio. Nem de gente.”* (CABRAL, 1979, p.177). Com a República, e com ela a mudança de nome da Capital, o banho de mar ainda não era praticado, havendo até proibição dele. Por outro lado, mantinha-se uma economia de subsistência e o mar servia à função de extração de alimento diário. Só aos poucos as praias foram apropriadas como locais para lazer, inicialmente com os

² Exemplificando essa dificuldade, Marco Aurélio Jorge, nascido em Florianópolis, relata que, em 1960, aos 8 anos, viu pela primeira vez o “mar grosso”, ou seja, o mar aberto. Para isso teve que fazer uma longa caminhada através das dunas da Joaquina, pois esta praia ainda não tinha estrada de acesso. Nesta época, o banho de mar ficava restrito às praias localizadas nas baías.

chamados *convescotes*, ou seja, passeios que incluíam lanches ou *pic-nic* e mais tarde foi se incorporando o banho de mar.

O processo de balnearização da Ilha de Santa Catarina se iniciou pelo norte e teve um impulso governamental inicial, de caráter localizado: em 1956, a Prefeitura projetou ruas e lotes em Canasvieiras, que foram colocadas à venda. Esta localidade, vizinha à Praia do Forte, era mais acessível pelo sistema viário existente. Além de residências de veraneio foi também construído um pequeno hotel, que pode ser considerado o primeiro empreendimento turístico mais diretamente voltado para a fruição das praias e belezas naturais do Município.

Neste contexto de ausência de planos urbanísticos públicos indutores e da precariedade das vias de conexão, fica ressaltado o pioneirismo da iniciativa do loteamento “Praia do Forte”, realizada pela iniciativa privada no final da década de 1950, em plena área rural do município. Assen de Oliveira destaca o empreendimento como tendo “*a maior extensão de terra, 54,63 ha, em apenas um loteamento (...) criando 1062 lotes*” (ASSEN DE OLIVEIRA, 1999, p.89). A dificuldade de acesso ao norte da Ilha se manteve até a década de 1970, quando houve a implantação e asfaltamento da rodovia SC-401, com novo traçado, promovendo uma transformação radical neste processo de apreensão do espaço. No âmbito do planejamento urbano, no final da década de 1970, os estudos para elaboração dos Planos Diretores também se iniciaram pelo norte da Ilha, tanto que no Plano de Trabalho do IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, em 1978, constava a elaboração do Plano Diretor da Costa Norte da Ilha, que posteriormente foi ampliado para toda a área balneária³. A efetivação deste planejamento só ocorreu em 1985, com a aprovação da Lei Municipal 2193 (Plano Diretor dos Balneários da Ilha de Santa Catarina), quando todo o território municipal é contemplado por legislação de uso e ocupação do solo.

A história da Praia de Jurerê está relacionada à implantação do Sistema Defensivo do Norte da Ilha de Santa Catarina: por ali passava o acesso terrestre à Fortaleza de São José da Ponta Grossa (1740-44). Este caminho percorria antes Canasvieiras, onde no século XVIII já havia uma capela denominada São Francisco de Paula, seguindo até a referida praia que, em planta de 1777, aparece com a denominação de praia de São Francisco de Paula. Há autores que também citam a denominação de Praia do Forte. Pereira (2004, p.148), informa que até 1956 este era o único acesso a estas localidades, sendo que a Ponta dos Morretes, que separa as praias de Canasvieiras e Jurerê, era possível ser transposta com maré baixa, pela areia da praia, a pé, ou carroça, carro de boi ou automóvel. A denominação Jurerê foi introduzida pelo empreendimento imobiliário, responsável pela ocupação da área, cuja razão social era Imobiliária Jurerê.

³ O “Termo de Referência para elaboração do Plano Diretor de ocupação, uso do solo e valorização paisagística da Costa Norte da Ilha de Santa Catarina” foi elaborado em outubro de 1977. No Relatório de Atividades da Prefeitura Municipal de 1980, consta que no IPUF estava em desenvolvimento o Plano Diretor das Costas Leste e Sul, integrando-o ao Plano da Costa Norte, cujos estudos então já estavam concluídos, objetivando compor uma única proposta técnica e legal. O Distrito Sede já havia sido contemplado em 1976 pela Lei 1440.



1 – Praia de São Francisco de Paula, também conhecida como do Forte, na época da implantação do Loteamento. Em primeiro plano, as ruínas da bateria de São Caetano da Fortaleza São José. (Acervo Salvi)

Campos (1991, p.113), em seu estudo sobre as terras comunais na Ilha de Santa Catarina, informa que o uso comunal ocorria desde o século XVIII. No entanto, sua apropriação vinha ocorrendo desde o século XIX, acelerando-se na década de 1930/40. Tratava-se de áreas que inicialmente eram inviáveis à utilização econômica e conseqüentemente eram consideradas de pouca valia para a população, conforme freqüentes relatos de descendentes. Essas terras representavam para o lavrador um trabalho adicional de manutenção, sem incorporar valor de propriedade. Com a expansão urbana e o desenvolvimento turístico, passaram a ser objeto de interesse. Este é o caso dos então campos comunais da Ponta Grossa.

Com relação à propriedade, Salvi (2007)⁴, relata que o Sr. Antonio Amaro da Costa era dono de terreno situado no local onde estava projetada a cabeceira da futura Ponte Hercílio Luz. Em 1922, como indenização pela desapropriação deste terreno, foram concedidas terras comunais na Ilha de Santa Catarina localizadas nestes campos de Ponta Grossa. As informações que teriam subsidiado esta transação estão registradas na “*Planta das terras concedidas ao Snr. Antonio Amaro da Costa sitas nos lugares Morro e Campo da Ponta Grossa*”, datada de 1924 (fig. 2)⁵. Estas terras em 1951 foram vendidas pela viúva de Costa para Annito Zeno Petry, sendo registradas em nome de Imobiliária Jurerê Ltda.⁶

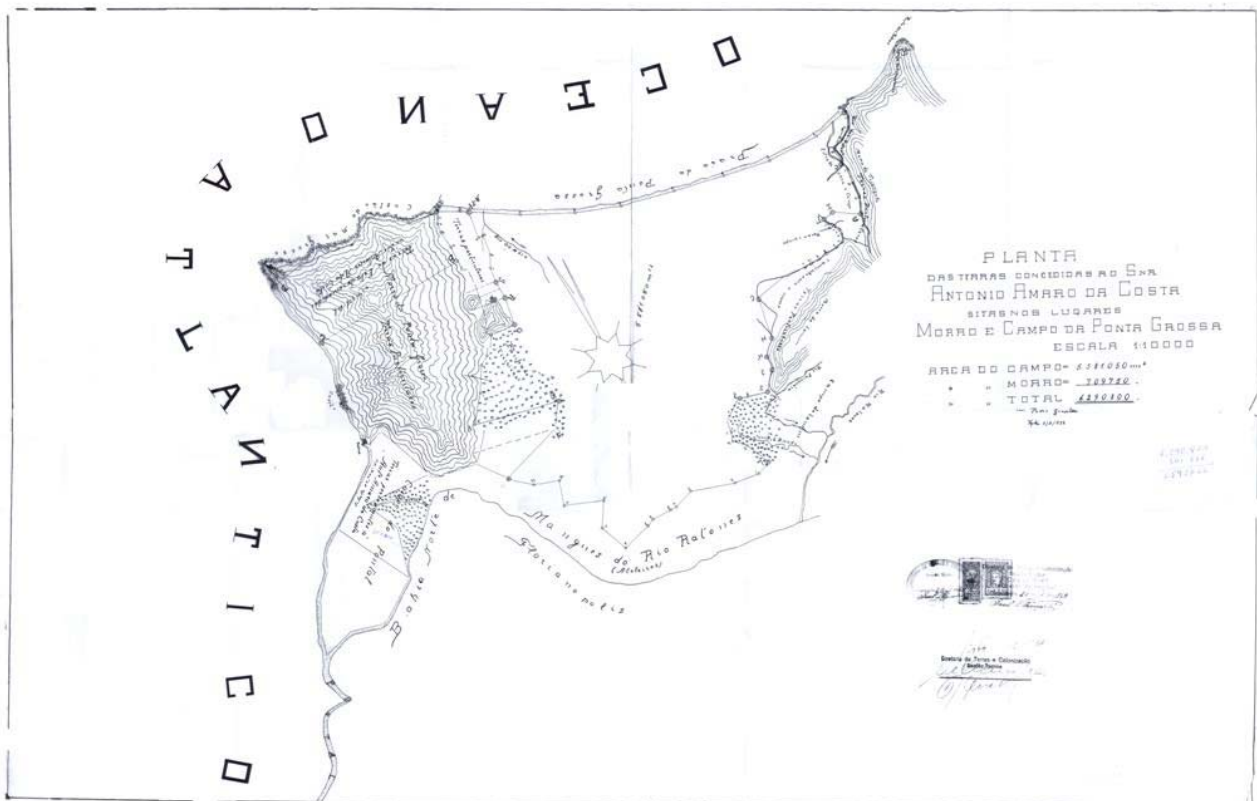
⁴ Luiz Amir Salvi, que veio para Florianópolis para trabalhar na Imobiliária Jurerê, onde iniciou seus trabalhos em novembro de 1957, concedeu uma entrevista relatando o processo inicial de implantação do empreendimento. Desde esta época morou em Jurerê, podendo ser considerado o primeiro morador “forasteiro” da Jurerê que estava se constituindo.

⁵ Os dados constantes nesta Planta são os seguintes: Escala 1:10.000 e respectivas medições: campo = 5.581050 ms²; morro = 709.750 ms². Total 6.290.800 ms² (as) Assina Pedro Gonçalves, em Fpolis 2/3/924. (Copia Acervo Luiz Salvi)

⁶ Segundo informações de Salvi, Henrique Rupp Junior e Oswaldo Bulcão Vianna foram os procuradores da viúva Costa, havendo a seguinte documentação referente à venda do imóvel: recibo de Henrique Rupp Junior a Annito Zeno Petry, em 03/09/1951, relativo a 150 mil cruzeiros, referente à venda de terreno de sua propriedade com o nome de Campo do Amaro, situado no *logar* Ponta Grossa. Desta venda ficaram excluídos 10 lotes, com as dimensões dos demais que posteriormente foram entregues à família. Há também um ofício de Oswaldo Bulcão Vianna para Petry (então em Porto Alegre), em 13/08/1951, declarando que está de acordo em vender

A desvalorização das terras fica caracterizada na escritura:

“Um terreno de brejos e areias e campos alagadiços, situado no lugar denominado ‘Ponta Grossa’, distrito de Canasvieiras, neste município e comarca de Florianópolis, distante 25 km do centro da cidade, constituído por três glebas diferentes, mas formando um só complexo, com a área de 6.511.465,00 m², mais ou menos, cujos limites são: ao norte com oceano Atlântico; ao sul com os mangais do Rio Ratoões e Baía do Norte; a leste por linhas secas dividindo com terras particulares, Ribeirão Bicudo, rio Papaquara, Campos, Morro do Lamin e morro do Triangulo; a oeste com o oceano Atlântico a começar do Pontal até limites com terras demarcadas da antiga Fortaleza da Ponta Grossa”⁷.



2 – Planta das terras concedidas ao Sr. Antonio Amaro da Costa sitas nos lugares Morro e Campo da Ponta Grossa. (Escala 1:10.000. Assina Pedro Gonçalves, em Fpolis 2/3/924. (Acervo Salvi)

O empreendimento “Loteamento Praia do Forte” começa a se concretizar em 1957. A Imobiliária Jurerê tem como integrantes o advogado Dr. Aderbal Ramos da Silva, empreendedor, banqueiro e ex-governador, junto com o engenheiro civil Annito Zeno Petry e o advogado Julio Teixeira. Tratava-se de projetar uma Cidade Balneária de grande porte, inédita no tempo e espaço, tanto pelo conceito idealizador como pelas condições de desenvolvimento da então Florianópolis. Como elemento de destaque apresenta o convite ao arquiteto Oscar Niemeyer para prestar colaboração técnica nos projetos. O arquiteto representava o vigor de uma nova arquitetura, formalizada especialmente em Brasília. Havia ampla divulgação do projeto e construção da nova capital,

propriedade que possui em Ponta Grossa, pela importância de 150 mil cruzeiros.

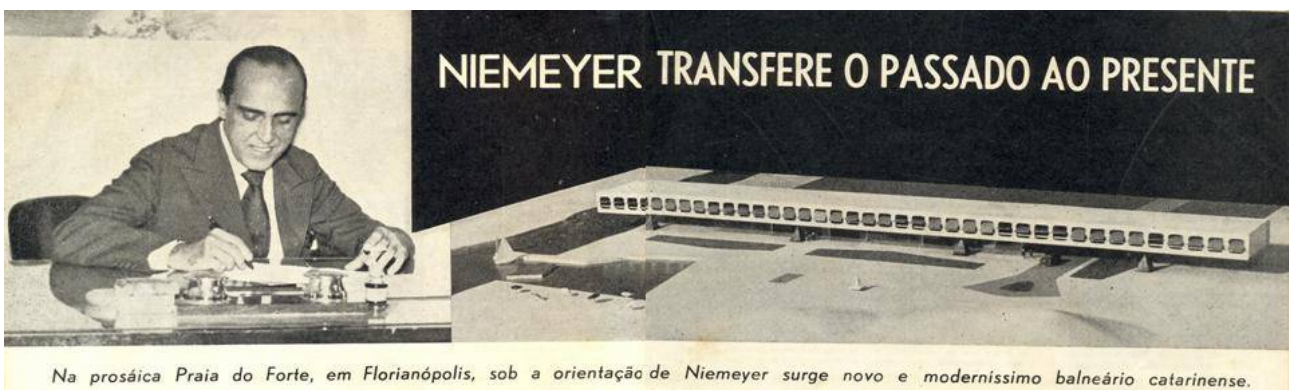
⁷ Escritura do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis–Lv2 RG, de 16/08/1978. Proprietária: IMOBILIÁRIA JURERÊ LTDA. Registro anterior maio 1959. (Cópia Acervo Luiz Salvi)

decantada em revistas de circulação nacional (como a revista O Cruzeiro) e nos populares cines-jornal (que no período pré-televisão desfrutavam de grande importância). As figuras de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer ultrapassaram assim o âmbito da profissão e eram vistos pela população como agentes de um processo de modernidade. Uma modernidade que, através dessas imagens de Brasília, se disseminou formalmente pelo país, alcançando as camadas sociais mais populares. O convite ao arquiteto é amplamente divulgado e Niemeyer o registra em carta datada de 22 de abril de 1957, endereçada ao diretor da Imobiliária, Dr. Aderbal Ramos da Silva, nos seguintes termos:

“Ilustre patrício e amigo: tive a satisfação de assinar, hoje, o contrato pelo qual me obrigo a prestar minha colaboração técnica nos projetos que essa Imobiliária tem em mira realizar na ‘Praia do Forte’.

Conhecendo a encantadora natureza de que é dotada a Ilha de Santa Catarina e as reais possibilidades de que dispõe o seu Estado para transformar-se em ponto de atração turística, foi efetivamente com prazer que comprometi meus serviços com essa empresa.”⁸

No documento Niemeyer reforça ainda a necessidade de preservar a unidade da obra em questão, no caso o plano urbanístico, para o que se coloca à disposição para prestar qualquer outra colaboração de ordem consultiva.



3 – Niemeyer em Florianópolis. Imagem da revista Panorama, de Curitiba, novembro 1958, p.14/15 (Acervo Salvi)

Nesta visita, Niemeyer proferiu uma palestra no Clube dos Engenheiros de Florianópolis, com grande repercussão na imprensa. O projeto previa um restaurante, um grande hotel internacional e residências de veraneio. Revistas e jornais de abrangência regional e nacional divulgaram, de forma entusiástica, o lançamento, ressaltando a audácia do empreendimento e a participação de Niemeyer. A Revista O Cruzeiro, por exemplo, traz uma matéria com o título *“Até pedras renascem”*, fazendo alusão à histórica fortaleza São José da Ponta Grossa, localizada junto ao empreendimento. Era o momento das negociações para a execução de Brasília e, além disso, o arquiteto tinha vencido o concurso para a sede da ONU nos Estados Unidos.

⁸ Cópia do documento - Acervo Luiz Salvi.



4 – Planta de Florianópolis com localização do empreendimento (Imagens do Catálogo de Venda do Loteamento Praia do Forte - Acervo Salvi)



5 – Oscar Niemeyer com Dr. Aderbal Ramos da Silva

O loteamento se localiza a 25 km. do centro da cidade. Na época Florianópolis já dispunha do aeroporto Hercílio Luz, recentemente inaugurado. O porto, fechado logo a seguir, ainda era visitado por navios de cabotagem de diversas empresas nacionais. Além de sediar o 5º Distrito Naval do Ministério da Marinha, entre os meios de comunicações disponíveis, havia a moderna agência do Departamento de Correios e Telégrafos, construída em 1934, uma agência da Western Telegraf Company e ainda quatro estações de rádio emissoras.

O Dr. Aderbal Ramos da Silva⁹ foi uma das mais destacadas personalidades do cenário político e econômico catarinense deste período. Na etapa inicial, de lançamento do Loteamento, foram programadas visitas de representantes de instituições públicas ao local, tais como a do Contra-almirante Raja Gabaglia, comandante do 5º Distrito Naval e seu Estado Maior, realizada a convite do casal Ramos da Silva. Na oportunidade, além de confraternização na churrascaria¹⁰ e visita à fortaleza, foi realizado um percurso pelas instalações do loteamento, onde estavam sendo construídos um edifício de apartamentos e o restaurante.¹¹

A beleza do lugar é reiterada nos documentos de época que citam os elogios dos visitantes, a exemplo do registro acerca do testemunho de Raja Gabaglia, que *“como todos, empolgado pela*

⁹ Aderbal Ramos da Silva, florianopolitano, nasceu em 18/01/1911. Inicialmente advogou no escritório do Dr. Nereu Ramos, vice-presidente da República que substituiu Eurico Gaspar Dutra na presidência. Foi deputado estadual e federal por duas legislaturas e governador do Estado de Santa Catarina entre 1947-51. Em 1952 fundou o Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina, do qual foi seu presidente. Personalidade carismática, mantinha hábitos simples, como o gosto pela pesca.

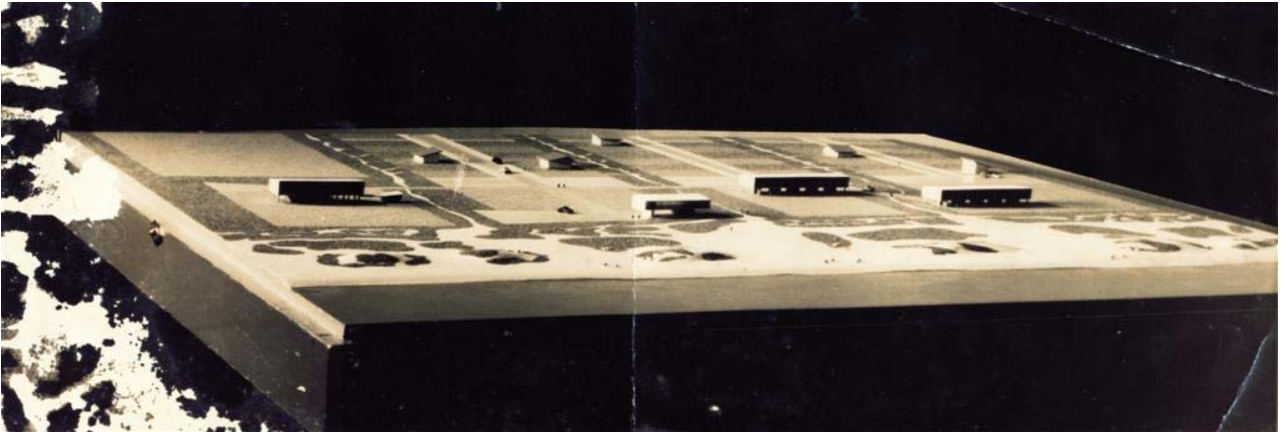
¹⁰ Esta churrascaria, de propriedade de Luiz Salvi e Arnaldo Tavares, localizava-se junto à praia e à esquerda de quem chega pela atual rodovia Maurício S. Sobrinho, em terreno onde hoje está o R.I.S.C. Situada junto aos eucaliptus foi por muito tempo o único restaurante público desta praia. O restaurante, projeto de Niemeyer, era de propriedade da Imobiliária Jurerê e não foi utilizado com fins comerciais.

¹¹ Conforme relato, sem data, acerca do convite de Aderbal Ramos da Silva e sua esposa Ruth Hoepcke da Silva ao Contra-almirante Raja Gabaglia e seu Estado Maior, acompanhados de respectivas esposas, para uma visita ao “balneário da Praia do Forte”. Entre outros, estavam presentes o casal Petry. (Cópia do documento - Acervo Luiz Salvi).

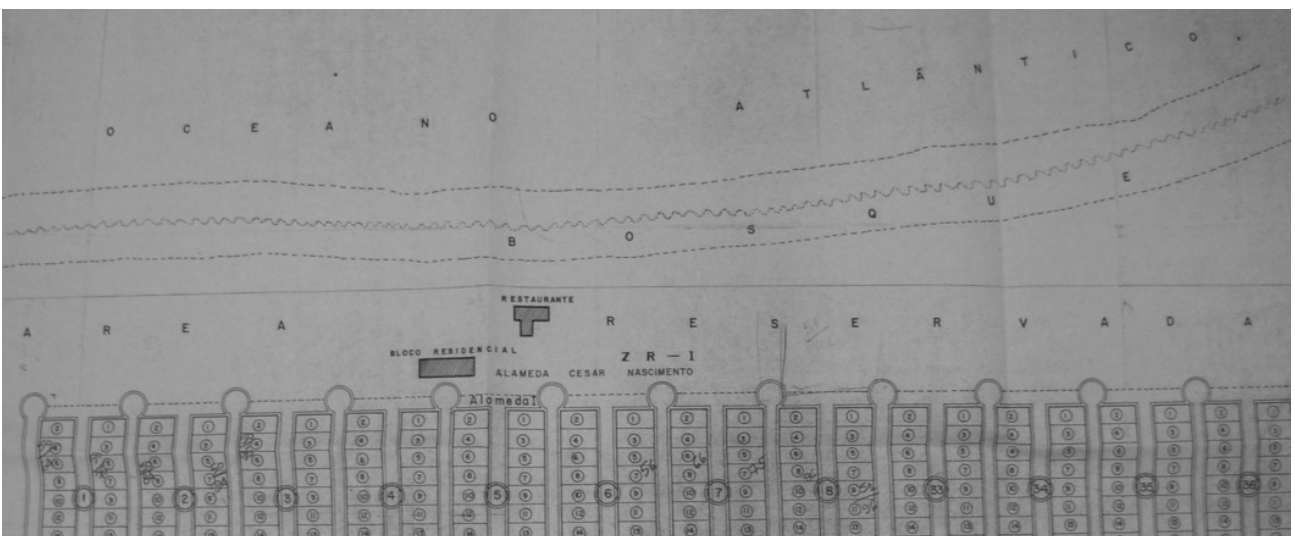
beleza paisagística daquele recanto, manifestou com sua profunda experiência de olhos acostumados a ver marinhas de todas as latitudes – ‘Realmente, igual a isto aqui não há. Esta paisagem é de uma beleza que só vista para crer’¹².



6 – Em frente à maquete, o eng^o. Petry elucida o projeto às autoridades, o governador Jorge Lacerda, à esquerda, e o coronel Virgílio Cordeiro de Mello, à sua direita. (imagem do catálogo – acervo Salvi)



7 – Maquete do Loteamento Praia do Forte com 3 conjuntos de apartamentos e o restaurante. Observa-se que as ruas são perpendiculares à orla e estão intercaladas com as alamedas para pedestres (Acervo Salvi)



8 – Detalhe da Planta do Loteamento aprovado com os equipamentos: bloco residencial (propriedade da Associação Beneficente dos Economiários Federais de Santa Catarina e restaurante, hoje demolido)

¹² Documento referenciado acima.

(Arquivo SUSP/PMF)

Outro documento também relata a visita de autoridades ao loteamento e enfatiza o sentido social econômico, o conjunto arquitetônico proposto e a cooperação necessária para subsidiar a iniciativa particular. Ramos da Silva evidencia o vulto das obras a serem construídas, estimadas em 60 milhões de cruzeiros, *“cujo investimento beneficiará a economia municipal e estadual, principalmente, além do afluxo de turistas, ávidos por conhecer uma cidade balneária original de concepção do genial arquiteto brasileiro”*. Com vistas à atratividade de turistas, o empreendimento é comparado ao Estado de Minas Gerais, por possuir atração que se destacará como um dos recantos mais belos do universo. Considera que *“a grandiosidade e o encantamento da Praia do Forte”* são homenageadas por Niemeyer que lhe acrescentou novos adereços.¹³

As ilustrações 7 e 8 registram os equipamentos previstos e constantes da maquete e aqueles efetivamente aprovados e construídos. Dos conjuntos residenciais, somente foi construído uma parte de um dos três blocos projetados, que, *“à feição moderna e funcional”*, apresenta garagem no térreo, sob os pilotis, *“facilitando ao proprietário alcançar a parte superior sem demora”*. Considerava-se que fora *“adotada a mais avançada técnica urbanística no que se refere à circulação de pedestres e veículos”*, com alamedas para os pedestres e ruas para os veículos. As ruas partiriam dos fundos do loteamento, ao sul, em direção à orla, onde terminariam em ‘cul de sac’, sem se cruzar com as alamedas. A proposta recebeu a seguinte descrição:

“... apresentará a vantagem de disciplinar o movimento de viaturas, sem necessidade de outras providencias ou encargos. Haverá locais destinados ao estacionamento dos automóveis e os proprietários poderão com suas famílias, atingirem a praia, pelas partes ajardinadas, sem perigo de atropelamentos. Todas as ruas estão previstas perpendicularmente à praia, permitindo que se obtenha com esta disposição urbanística, a máxima segurança dos banhistas e principalmente das crianças”.¹⁴

O projeto do “Hotel Balneário de Jurerê”, que não foi construído, previa que todos os apartamentos teriam vista para o mar, com modernas instalações de radio e telefone. O hotel estava associado a uma ampla praça, defrontando um ‘shopping center’, que se transformaria *“em verdadeiro centro social da praia”*, e para completar o conjunto haveria um ‘club’.¹⁵

O término do empreendimento estava previsto para novembro de 1958, tendo sido dada prioridade para finalizar o restaurante, no intuito de facultar *“aos que desejarem visitar a praia, alimentação substancial”*.¹⁶ O objetivo de propiciar a visita à praia foi inicialmente atingido, pois, com a melhoria dos acessos, a Praia do Forte foi muito freqüentada por todas as classes sociais. Contribuía para esta atratividade a sombra propiciada pelos *eucaliptus*, plantados em 1962, com o

¹³ Relatório de visita ao empreendimento com os seguintes subtítulos: sentido social econômico, o conjunto arquitetônico e a cooperação necessária. Provavelmente trata-se da visita, em 26 de setembro de 1957, quando estavam presentes: o governador Jorge Lacerda, o Almirante Alberto Jorge Carvalho, o Coronel Virgílio Cordeiro de Mello e o Prefeito Osmar Cunha.

¹⁴ Conforme relatório citado na nota 13.

¹⁵ Plano de Loteamento.

¹⁶ Documento citado na nota 13.

objetivo de drenagem da área¹⁷, cujas terras eram originalmente muito banhadas, a vegetação nativa alta e junto ao mar havia um bosque natural. As famílias de pescadores residentes na área foram relocadas para a estrada conhecida hoje por Estrada de Jurerê Tradicional.

O acesso direto para Jurerê, antiga SC-401, atual Estrada Maurício Sirotsky Sobrinho, localizava-se em terras do empreendimento e foi construído pela Imobiliária Jurerê em 1958. Tratava-se de uma extensão de aproximadamente 5 km, que partiu da Estrada Estadual para Canasvieiras, tendo sido aproveitado o traçado do dique sobre o Rio Ratonés (obra do D.N.O.S). A execução contou com mão de obra de moradores locais e sentenciados da Colônia Penal de Canasvieiras¹⁸.

O loteamento Praia do Forte foi aprovado pela Prefeitura Municipal em janeiro de 1960. Para isso Aderbal Ramos da Silva, diretor da Imobiliária Jurerê Ltda, encaminhou uma solicitação ao Sr. Prefeito Municipal, anexando a Planta e o Plano de Loteamento da “Praia do Forte”, firmadas pelo engenheiro civil Petry. No requerimento foi considerado que

“sem embargo de, no caso, tratar-se de loteamento situado na zona rural deste município (...) prefere que o Poder Público desde já acompanhe o desenvolvimento desse empreendimento imobiliário, que (...) virá a constituir-se no principal fator de atração turística na Ilha de Santa Catarina.”¹⁹

O Plano de Loteamento esclarecia que se tratava da primeira seção do loteamento, de uma área de 3.000.000 m.² (três milhões de metros quadrados), que já se encontrava devidamente tratada, com 576 lotes de 15x30 metros. O Projeto global previa 4.000 lotes, com área útil de 450 m.² cada um, contemplando abundância de áreas livres, das quais uma parte seria constituída por um extenso parque cultivado para utilização coletiva, sobretudo a área da franja litorânea (severamente batida pelos ventos) e que se encontrava em franco desenvolvimento. A previsão da relação entre áreas livres e construídas seria superior a 40%. Informava que as alamedas já estavam sendo arborizadas com exemplares de viveiro próprio e argumentava que o loteamento estava assentado sobre terras arenosas, onde havia abundância de água, que seria distribuída através de rede de água potável a todos os lotes. Já estava em funcionamento uma usina geradora de energia elétrica, capaz de atender às necessidades do loteamento, procedente de dois grupos geradores.²⁰

Este projeto recebeu parecer técnico que, após visita *in loco*, recomendou a aprovação do Loteamento, o que aconteceu em 23/01/1960, através do projeto 8407. Neste parecer fica atestado que a seção a que a planta se refere já está trabalhada, num total de mais de um milhão de metros quadrados, e em condições de receber construções. Fica relatado que a estrada de

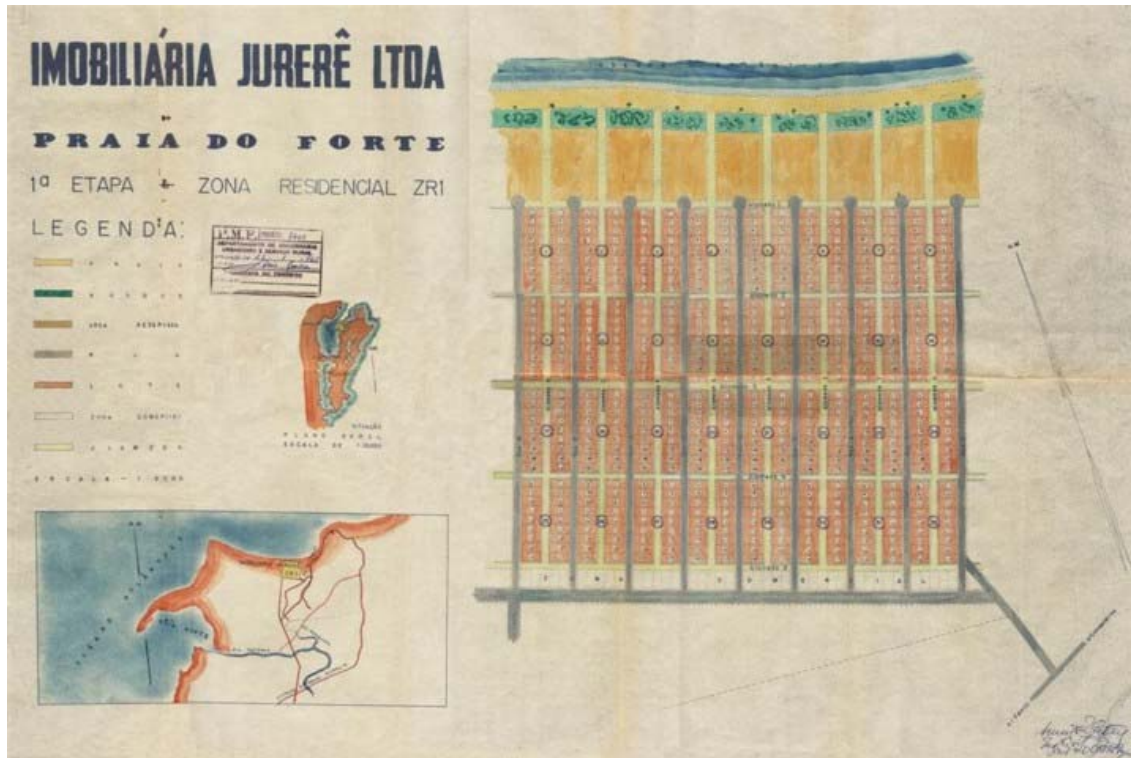
¹⁷ Salvi relata que foram abertas valetas com trator e para o adubo da terra também foram aproveitados os peixes pequenos, descartados pelos pescadores, pois então, só os peixes grandes tinham valor de comercialização.

¹⁸ Salvi foi responsável pelos trabalhos de construção da estrada, que iniciava na rodovia de acesso a Canasvieiras, na Vila do DNOS, passando pelo dique. Comenta que alguns dos sentenciados tinham regalias e lhes era permitido dormir na obra. Como os pescadores só comiam peixe e charque, havia uma certa inveja dos sentenciados que comiam carne fresca todos os dias, em vista de seu direito constitucional.

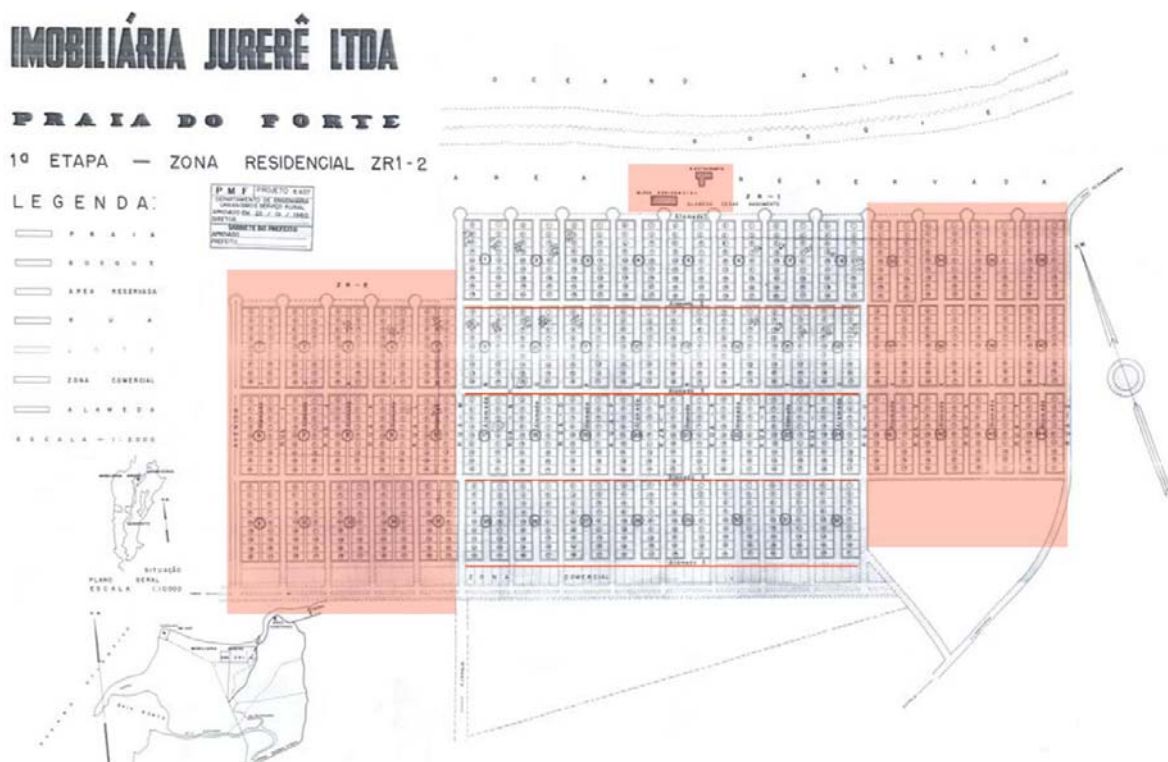
¹⁹ Trata-se do ofício datado de 02/12/1959. (Cópia do documento - Acervo Luiz Salvi).

²⁰ Informações constantes no Plano do Loteamento e parecer técnico recomendando sua aprovação.

acesso construída pela empresa se encontra em ótimas condições técnicas e de conservação, razão pela qual “está servindo de acesso à sede de Canasvieiras, pois encurta sensivelmente o trajeto”.²¹



9 – Planta da primeira etapa de implantação do Loteamento Praia do Forte, da Imobiliária Jurerê. Projeto PMF 8407, aprovado em 23/01/1960. Esta etapa teve a consultoria de Oscar Niemeyer. (Acervo Salvi)



10 – Planta do Loteamento Praia do Forte com as ampliações representadas pela inclusão da ZR-2 (8 vias e 9 alamedas), bem como o restaurante e bloco residencial, marcadas em vermelho (Arquivo SUSP / PMF).

²¹ Parecer Técnico ao Prefeito, s/d, referente ao expediente 157/60, formado a requerimento da Imobiliária Jurerê. Recomenda a aprovação do Loteamento “Praia do Forte”. Projeto 8407, aprovado em 23/01/1960

Este projeto inicial, que teve a participação de Niemeyer “em nível de análise e aperfeiçoamento, intervindo com as idéias e propostas básicas para o parcelamento” (MARTINS, 2004, P.206), sofreu alterações, evidenciados nas duas plantas (figuras 9 e 10), ambas com a mesma data de aprovação, 23/01/1960. A primeira, provavelmente seria aquela encaminhada por Ramos da Silva ao Sr. Prefeito. A planta do arquivo da SUSP já apresenta ampliações, no sentido leste e oeste, referentes a 8 ruas e 9 alamedas, perpendiculares à praia, bem como os equipamentos efetivamente construídos. Porém a mudança substancial é aquela que altera a concepção original de separação das circulações de pedestres e veículos, na medida em que transforma as quatro alamedas paralelas à orla em ruas para circulação de veículos.

O empreendimento contava com um detalhado catálogo explicativo que utilizava como seus elementos qualificadores a história e exuberante beleza do lugar; a consultoria técnica de vanguarda de Niemeyer, projetista de Brasília e o endosso de importantes nomes do cenário social, político e econômico.



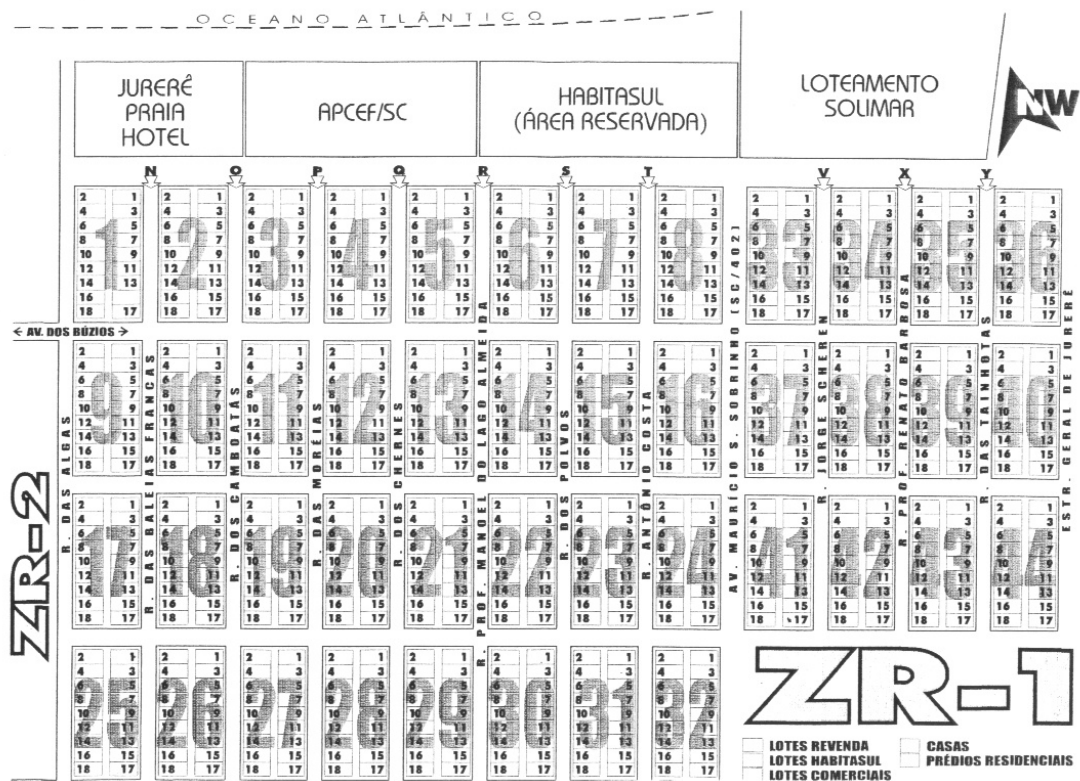
11 – Página Catálogo de Divulgação do Loteamento Praia do Forte (Acervo Salvi)

A proposta carregava simbolicamente toda uma gama de novos aportes. À semelhança das superquadras residenciais de Brasília (guardadas as diferenças de escala e importância), o loteamento se assentava sobre um *território do vazio*, onde pretensamente antes não havia nada construído. Além disso, como *moderno* era o projeto, não se referenciaria a nenhum contexto

anterior, pressupondo que ele (o projeto) seria então a referência para futuros agenciamentos espaciais. Em um “país ‘condenado’ ao moderno” (PEDROSA,1981,p.321), a modernidade chegava aos saltos, sem história (como quer o moderno) trazendo novíssimas formas de agenciamento e ocupação espaciais. Na visão de Mário Pedrosa, o fato de não haver uma civilização e nem uma cultura urbana, fez com que os descobridores do Brasil encontrassem um território livre de referências históricas. Por outro lado, “na Europa, estava-se no fim da Idade Média, e, pois no raiar dos tempos modernos” (PEDROSA,1981, p.322). Isso explicaria, para o autor, uma vocação brasileira para o moderno e um destino em direção à modernidade.

No caso do loteamento Praia do Forte, como parte do léxico moderno, os elementos projetuais do programa proposto para as edificações, como os pilotis, a estrutura independente e o rigor geométrico das formas, impactaram sem dúvida a pacata cidade. No sítio de implantação do balneário proposto se configuraria esse vazio, até então lugar de alguns pescadores e de suas casas e ranchos modestos, onde esse impacto certamente foi bem maior. Pereira (2004, p.148) comenta que essa alteração programada “chocou os moradores e tradicionalistas ilhéus”.

A área foi vendida para Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda que, em 29 de outubro de 1983, realiza a entrega oficial da 1ª etapa do empreendimento do novo ciclo de ocupação da área, através do Loteamento Jurerê Internacional que, sem dúvida, representa uma continuidade, com as devidas adequações, do empreendimento concretizado no Loteamento Praia do Forte. (fig. 12)



12 – planta atual do Loteamento Praia do Forte, com a nova ocupação junto à orla, impedindo o acesso público à orla. (Acervo Licati)

O LOTEAMENTO “PRAIA DO FORTE”: CARACTERIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

O projeto urbanístico para o loteamento adotou o traçado xadrez, mas com assentamento diferenciado quanto ao caráter das ruas, havendo uma alternância entre vias de tráfego e as alamedas, desenhadas nas frentes de lote e destinadas ao pedestre e ao lazer. Estava aí colocada uma semelhança conceitual com a superquadra residencial de Brasília. Nessas duas propostas, a diferenciação funcional das vias provocaria também uma diferenciação de significado, com a ênfase no tratamento paisagístico das alamedas, com tudo de bucólico e *pitoresco* que isso traria. Os lotes privados, com fins residenciais, foram delimitados por uma faixa de terra, junto à borda da praia, destinada à equipamentos do loteamento. As vias de tráfego terminariam em *cul de sac*, junto a essa faixa. Esses equipamentos que incluiriam um hotel (não executado), um clube social e um restaurante (também projetado por Niemeyer) construído (e demolido na década de 1990) teriam uma abrangência maior do que o loteamento, certamente objetivando atender às regiões de praia do entorno. Vê-se aí que o empreendimento tinha como ambição se valer do pioneirismo da proposta para estabelecer um modelo de ocupação do solo.

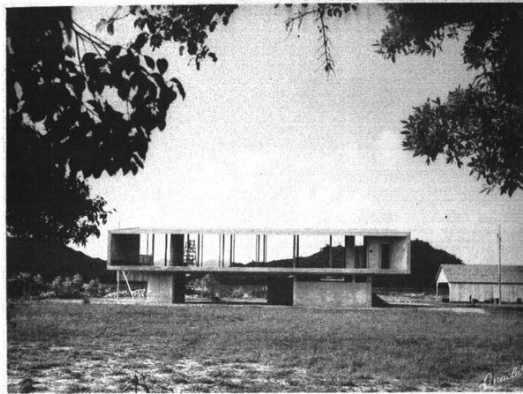
É notável, ao caminhar pelas alamedas, o privilégio dado ao pedestre pela sensação de conforto, expresso na presença do verde, na amenização do ruído (e do calor no verão) e no contraste com a rua convencional, presente nos demais lugares do balneário de Jurerê. Essas alamedas “se estendiam desde o início do parcelamento até a praia, aproximando o espaço público aos espaços privados e incentivando uma real integração físico-social entre eles” (MARTINS, 204, p.201). Os moradores, embora muitos tenham adotado outro partido em suas residências, voltando a frente da casa para a rua (o que veio a acontecer também nas superquadras residenciais em Brasília), em sua ampla maioria se apropriaram do espaço das alamedas. Desde a fruição visual desses lugares, até ao seu uso como complemento de jardim das residências, a qualidade ambiental e cenográfica da proposta veio a se tornar o principal motivo de um movimento de preservação do loteamento, por parte da Associação dos Moradores.

O conjunto da proposta de urbanização do Loteamento Praia do Forte, inclui equipamentos de apoio ao uso turístico (aliás o mote do empreendimento) que seriam, como visto anteriormente, um hotel de qualidade internacional (não construído), um clube social e um restaurante.

O restaurante (que levava o nome de Catetinho pela semelhança com a edificação de Brasília) infelizmente posto abaixo, veio a ser por muito tempo um lugar de encontros sociais bastante prestigiados. Sua proposta arquitetônica, vinda de Oscar Niemeyer, se valia de vários *estilemas* da arquitetura moderna brasileira, segundo o viés do arquiteto de Brasília. O volume era um prisma retangular sobre pilotis, liberando o solo (com exceção do espaço da cozinha térrea, alocada em uma das laterais e da escada de acesso social) e se alçando sobre a paisagem, fazendo a desejada integração visual interior-exterior. Essa integração era evidenciada pela ampla fachada envidraçada (*curtain-wall*) voltada para o mar. A planta livre do segundo pavimento, contendo de um lado a bateria de sanitários, na prumada da cozinha e as duas caixas de escada

(social e de serviço) evidenciava uma liberação visual e espacial, permitindo várias possibilidades de arranjos internos. (figuras 13 e 14)

Outro fator diferencial representava a proporção de áreas verdes e a proposta inicial de acesso à orla e ao parque linear composto pela vegetação nativa, através das alamedas (o que posteriormente ficou inviabilizado pelo empreendimento Habitasul). O modelo proposto, associando ao loteamento esses equipamentos e um montante significativo de área verde, categoriza o ineditismo do empreendimento e uma idéia urbana de conexão com a cidade em um viés turístico inaudito para a Florianópolis do final dos anos 1950.



13 – Restaurante em construção, com tipologia marcadamente modernista (Acervo Salvi)

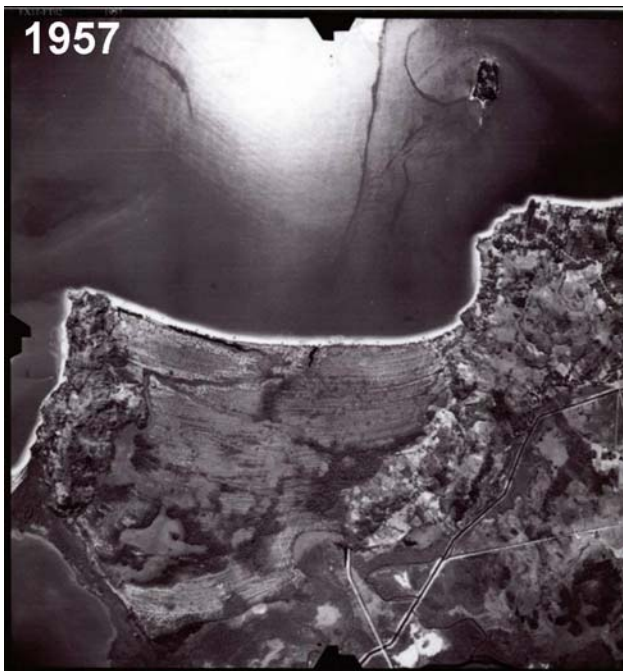


14 – Restaurante com obras concluídas (Acervo Maria Helena Petry Makowiecky)



15 – Vistas atuais do prédio da Associação da Caixa Econômica Federal, equipamento constante na Planta de aprovação apresentada na figura 10 (foto Licati)

Processo de ocupação do solo



2002



16 – Vistas aéreas do processo de ocupação (Fonte: Levantamento Aerofotogramétrico – Arquivo IPUF/PMF)

Imagens atuais do Loteamento Praia do Forte



17 - Vista da Praia de Jurerê no verão (acervo SEPHAN/IPUF)



18 e 19 - Vista das alamedas de pedestres situados na área da 1ª etapa de implantação do Loteamento (acervo SEPHAN/IPUF)



20 - Vista da tipologia arquitetônica, contemporânea (acervo SEPHAN/IPUF)



21 - Vista das ruas e alamedas da etapa ampliada do Loteamento Praia do Forte, cujas alamedas de pedestres são mais estreitas (acervo SEPHAN/IPUF)



22 - Vista da ocupação junto à orla (acervo SEPHAN/IPUF)



23 - Vista do Loteamento Jurerê Internacional

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, quase 50 anos depois, o empreendimento mantém atualidade. As antigas frentes se transformaram em fundos dos lotes e continuam se conectando a “alamedas” exclusivas de pedestres. No entanto se perdeu o antigo acesso linear à praia.

É de se ressaltar novamente que a qualidade do projeto é reconhecida por moradores locais. Em ofício ao Presidente do IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, assinado por cinco organizações da sociedade civil, é solicitado que o loteamento seja “*preservado em sua originalidade com suas alamedas*”, junto com o LIC – Lagoa late Clube. Justificam que ambos os empreendimentos têm em Niemeyer seu mentor e afirmam que as iniciativas colaboram para a “*projeção e fortalecimento turístico da cidade*” e “*se tornarão Patrimônios Históricos de nossa Cidade*”.²²

Os moradores solicitam que se faça uma homenagem a Niemeyer neste ano de 2007, que em 15 de dezembro completará 100 anos. Entre as possibilidades levantadas foi considerada uma possível complementação do nome do loteamento, já que em abril deste mesmo ano passaram exatos 50 anos da assinatura do contrato para consultoria ao empreendimento Praia do Forte.

O ineditismo e as qualidades projetuais e ambientais da proposta da década de 1950, reforçam a necessidade de se preservar a iniciativa. É flagrante o contraste dessa com os empreendimentos atuais no balneário e no restante da Ilha de Santa Catarina, no que diz respeito ao caráter do espaço público e sua relação com o privado. A proposta das alamedas, espaços únicos de circulação e permanência, guardam um importante aspecto didático no modo de se projetar, apropriado hoje por outros empreendimentos. Outro aspecto inédito a se ressaltar é o do engajamento dos moradores nessa preservação, ciosos da qualidade do lugar em que vivem e da ameaça que sofrem de possíveis alterações e distorções no loteamento.

BIBLIOGRAFIA

- ASSEN DE OLIVEIRA, Lisete. Formas de vir-a-ser cidade: loteamentos e condomínios na ilha de Santa Catarina. São Paulo: USP, 1999. Tese (Doutorado em Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. v.1 Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- GORELIK, Adrián. Das vanguardas a Brasília – Cultura Urbana e arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal. Relatório de Atividades. Florianópolis, documento datilografado, 1980.
- LEME, Maria Cristina da Silva. (coord.) Urbanismo no Brasil – 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

²² Ofício datado ao presidente do IPUF, Dr. Ildo Rosa, de 04/12/2006. Assinam a AMOFORT - Associação dos Proprietários, Moradores e Amigos do Balneário de Jurerê – Loteamento Praia do Forte; ADECOM – Associação para o Desenvolvimento Comunitário - Jurerê; AMOJU-Associação de Moradores de Jurerê; APJ – Associação dos Pescadores de Jurerê e Grupo de Convivência de 3ª Idade.

CAMPOS, Nazareno José de Campos. Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: FCC Ed.; Ed. Da UFSC, 1991.

IPUF–Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / PMF. Termo de Referencia para elaboração do Plano Diretor de ocupação, uso do solo e valorização paisagística da Costa Norte da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, documento datilografado, outubro de 1977.

LICATI, José Roberto Ramos. Cessão de documentos:

- Planta de Venda do Loteamento Praia do Forte. Habiasul. s/d.
- Ofício datado ao presidente do IPUF, Dr. Ildo Rosa, de 04/12/2006. Assinam a AMOFORT - Associação dos Proprietários, Moradores e Amigos do Balneário de Jurerê – Loteamento Praia do Forte; ADECOM – Associação para o Desenvolvimento Comunitário - Jurerê; AMOJU-Associação de Moradores de Jurerê; APJ – Associação dos Pescadores de Jurerê e Grupo de Convivência de 3ª Idade.

MARTINS, Paulo Edi Rivero. Patronos arquitectónicos y urbanísticos del turismo em Florianópolis. Barcelona; ETSAB, 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura). Universidad Politécnica de Catalunya, 2004.

PEDROSA, Mário. Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília. São Paulo: Perspectiva, 1981.

PEREIRA, Nereu do Vale. Descortinando as 100 belas praias de Florianópolis: em seu continente, suas ilhas, suas lagoas. Florianópolis: Insular; Fundação Cultural Açorianista: Ecomuseu do Ribeirão da Ilha, 2004.

SALVI, Luiz Amir. Entrevista concedida aos autores em julho de 2007.

_____. Relação dos documentos consultados:

Catálogo da Praia do Forte. Florianópolis, distribuição interna. s/d.

Revista Panorama. Curitiba, Ano VIII, nº78, novembro 1958. pg 14 -17.

Revista O Cruzeiro. Ano XXX, nº 23, 15/03/1958. Até pedras renascem. Pg 30-32

Plantas:

- “Planta das terras concedidas ao Snr. Antonio Amaro da Costa sitas nos lugares Morro e Campo da Ponta Grossa”, 2/3/924. Escala 1:10.000. Assinada por Pedro Gonçalves. Carimbo: Diretoria de Terras e Colonização/Seção Técnica. Com assinatura
- Planta Praia do Forte. Imobiliária Jurerê. 1ª Etapa. Zona Residencial ZR-1. Escala 1:2.000. Carimbo: Projeto PMF 8407, aprovado em 23/01/1960, pelo Departamento de Engenharia Urbanismo e Serviço Rural / Gabinete do Prefeito. Com assinatura

Textos e documentos

- Ofício de Oswaldo Bulcão Vianna para Anito Zeno Petry (em Porto Alegre), em 13/08/1951.
- Recibo de Henrique Rupp Junior a Annito Zeno Petry, 03/09/1951.
- Escritura do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis, 16/08/1978.
- Currículo Vitae de Aderbal Ramos da Silva em papel timbrado do Banco do Estado do Paraná e Santa Catarina S.A.
- Relatório de visita do Contra-almirante Raja Gabaglia e seu Estado Maior na Praia do Forte, s/d
- Relatório de visita. s/d.
- Ofício de Oscar Niemeyer Filho a Aderbal R. da Silva. Florianópolis, 22/04/1957.
- Ofício de Aderbal Ramos da Silva ao Prefeito Municipal, Florianópolis, 02/12/1959.
- Plano de Loteamento da denominada “Praia do Forte”, Município de Florianópolis.
- Parecer Técnico ao Prefeito, s/d, referente ao expediente 157/60.

SUSP – Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos / PMF. Planta Praia do Forte. Imobiliária Jurerê. 1ª Etapa. Zona Residencial ZR1-2. Escala 1:2.000. Carimbo: Projeto PMF 8407, aprovado em 23/01/1960, pelo Departamento de Engenharia Urbanismo e Serviço Rural / Gabinete do Prefeito. Sem assinatura.

CRÉDITO DAS IMAGENS

Acervo Luiz Amir Savi – 1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 9; 11; 13

Acervo IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) – 7a, 7b, 7c

Acervo José Roberto Ramos Licati – 12;15

Acervo Maria Helena Petry Makowiecky - 14

Acervo SEPHAN/IPUF (Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Município / Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) – 16a,b,c e 17 a 23

Acervo SUSP (Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos) – 8; 10